

Belo Horizonte, 25 de março de 2019

Ilmos. Srs. Presidente e Conselheiros do
Instituto Ramacrisna
Betim - MG

A/C: Sr. Expedito Martins Chumbinho - Presidente
Sra. Daniela Balbina de Souza Crespo Marra - Contadora

Prezados Senhores,

Apresentamos nosso relatório da Auditoria Externa dos Procedimentos Contábeis e Financeiros do exercício de 2018 compreendendo o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Superávit ou Déficit do Exercício, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Social e a Demonstração do Fluxo de Caixa.

Colocamo-nos à disposição para os esclarecimentos adicionais que se fizerem necessários.

Atenciosamente,


R&R AUDITORIA E CONSULTORIA
Warley de Oliveira Dias
Diretor

Balanço Patrimonial do Exercício findo em

(valores em Reais)

	Nota	2018	2017 com reapresentação
Ativo Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa - sem restrição	6	3.266.409	2.664.511
Caixa e equivalentes de caixa - com restrição	6	2.603.563	2.237.501
Contas a receber - sem restrição	7	974.199	1.401.832
Contas a receber - com restrição	7	4.892.560	2.191.501
Estoques	4.9	658.569	545.903
Adiantamentos		42.276	33.387
Outras contas a receber		9.292	8.575
Processos Judiciais de contas a receber - sem restrição		108.257	81.636
Despesas diversas a apropriar		8.592	6.361
		12.563.716	9.171.207
Ativo Não Circulante			
Realizável a Longo Prazo			
Depósitos Judiciais	9	3.411.156	3.032.112
Processos Judiciais de contas a receber - sem restrição		58.905	58.905
Imobilizado	10	8.963.867	8.756.469
Intangível	10	498.145	472.599
		12.932.072	12.320.084
TOTAL DO ATIVO		25.495.788	21.491.291

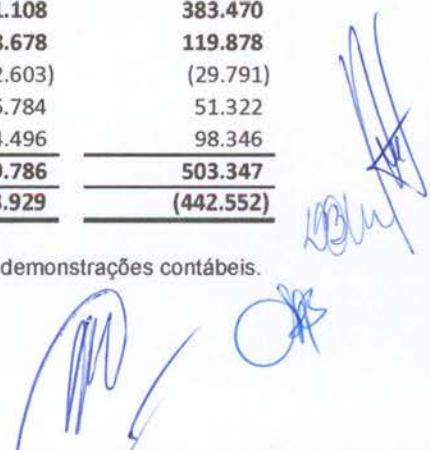
	Nota	2018	2017 com reapresentação
Passivo Circulante			
Fornecedores - sem restrição		296.119	282.565
Fornecedores - com restrição		117.343	8.352
Empréstimos e Financiamentos		8.271	28.823
Obrigações e encargos sociais - sem restrição		680.120	876.798
Obrigações e encargos sociais - com restrição		814.973	415.138
Credores diversos - sem restrição		49.272	54.728
Credores diversos - com restrição		143.904	51.748
Convênios e parcerias a prestar contas	11	6.308.797	3.908.862
Tributos a recolher - sem restrição		16.133	43.074
Tributos a recolher - com restrição		331	42
Adiantamento a clientes		2.017	5.445
Multas trabalhistas		12.506	12.172
Receitas a apropriar		34.241	2.249
		8.484.029	5.689.998
Passivo Não Circulante			
Financiamentos		-	-
Multas trabalhistas		31.235	33.523
Depósitos Judiciais	9	3.400.902	3.032.076
		3.432.137	3.065.599
Patrimônio Líquido			
Patrimônio social		10.041.196	10.235.568
Ajustes de avaliação de ativos	12	2.694.498	2.942.677
Superávit (Déficit) do Exercício	4.9	843.929	(442.552)
		13.579.623	12.735.693
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMONIO SOCIAL		25.495.788	21.491.291

Demonstração do Resultado do Exercício findo em

(valores em Reais)

	Nota	2018	2017 com reapresentação
Atividades de Assistência Social			
Doações de Pessoas Físicas		322.427	240.016
Doações de Pessoas Jurídicas		2.800.672	3.066.000
Receitas de Convênios Beneficentes e Parcerias		5.743.070	3.643.440
Receitas das atividades de Restaurantes Populares		4.062.172	2.369.677
Receitas das atividades de Adolescente Aprendiz		7.104.006	5.768.451
Receitas Patrimoniais		77.161	182.322
(=) Receita operacional bruta		20.109.509	15.269.906
Custo dos serviços prestados			
Pessoal e encargos		(11.522.107)	(10.300.017)
Serviços prestados por terceiros		(5.436.058)	(3.964.220)
Material direto aplicado		(2.471.674)	(1.628.636)
(=) Resultado operacional bruto		679.670	(622.967)
Despesas Administrativas		(625.527)	(500.539)
Despesas administrativas		(21.615)	(6.027)
Despesas com doações		(6.400)	(14.741)
Despesas legais/judiciais		(13.213)	(12.270)
Despesas gerais		(584.299)	(467.501)
(=) Resultado operacional antes do resultado financeiro		54.143	(1.123.506)
Resultado financeiro		-	177.606
Despesas financeiras			(35.816)
Receitas de aplicações financeiras			213.422
(=) Déficit líquido do exercício da Assistência Social		54.143	(945.900)
Atividades de Geração de Renda			
Receitas de Vendas de Telas e arames		5.075.248	5.915.048
Receitas Prestação de Serviços Diversos		96.983	92.109
(-) Deduções de Vendas			
Cancelamentos e devoluções		(8.038)	(66.617)
Descontos concedidos		(1.434)	(588)
Impostos sobre vendas		(264.668)	(353.077)
(=) Receita líquida de vendas e serviços		4.898.091	5.586.875
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados			
Mão-de-obra utilizada		(611.961)	(852.294)
Serviços prestados por terceiros		(235.263)	(223.329)
Material direto e indireto		(3.165.399)	(3.953.357)
(=) Resultado operacional bruto		885.469	557.895
Despesas Administrativas		(294.361)	(174.425)
Despesas administrativas		(415.413)	(42.566)
Despesas gerais		(104.860)	(131.859)
Outras receitas		225.912	-
(=) Resultado operacional antes do resultado financeiro		591.108	383.470
Resultado financeiro		198.678	119.878
Despesas financeiras		(72.603)	(29.791)
Receitas de aplicações financeiras		186.784	51.322
Outras receitas financeiras		84.496	98.346
(=) Superávit líquido da Geração de Renda		789.786	503.347
(=) Superávit (Déficit) líquido da Ramacrisna		843.929	(442.552)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido do Exercício findo em

(valores em Reais)

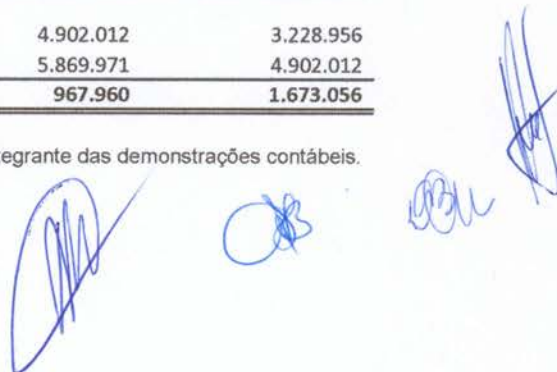
Descrição	Patrimônio Social	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Superávit (Déficit) Acumulado	Patrimônio Líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2016	9.311.347	3.190.857	676.041	13.178.245
Realização de Ajuste de Avaliação Patrimonial	248.180	(248.180)	-	-
Incorporação de resultados anteriores	676.041	-	(676.041)	-
Superávit do exercício	-	-	(442.552)	(442.552)
Saldo em 31 de dezembro de 2017 (Reapresentado)	10.235.568	2.942.677	(442.552)	12.735.693
Realização de Ajuste de Avaliação Patrimonial	248.180	(248.180)	-	-
Incorporação de resultados anteriores	(442.552)	-	442.552	-
Superávit do exercício	-	-	843.929	843.929
Saldo em 31 de dezembro de 2018	10.041.196	2.694.497	843.929	13.579.623

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração do Fluxo de Caixa do Exercício findo em
(valores em Reais)

	2018	2017 com reapresentação
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Déficit do exercício	843.929	(442.552)
Ajuste para reconciliar o lucro líquido do exercício com recursos provenientes de atividades operacionais:		
Depreciações/amortização	590.310	599.361
Superávit líquido ajustado	1.434.239	156.808
(Aumento) redução de ativos		
Contas a receber - sem restrição	427.633	(284.507)
Contas a receber - com restrição	(2.701.059)	(369.895)
Estoques	(112.666)	(12.386)
Outros Ativos	(38.457)	(67.870)
	(2.424.550)	(734.657)
Aumento (redução) de passivos		
Fornecedores - sem restrição	13.554	245.192
Fornecedores - com restrição	108.991	(47.105)
Obrigações e encargos sociais - sem restrição	(196.678)	452.528
Obrigações e encargos sociais - com restrição	399.835	(296.589)
Convênios e parcerias a prestar contas	2.399.935	1.797.790
Outros Passivos	2.245	136.502
	2.727.882	2.288.317
Caixa gerado pelas atividades operacionais	1.737.572	1.710.468
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimentos		
Aquisições de Bens e Direitos para o Ativo	(1.138.711)	(8.049)
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimentos	(1.138.711)	(8.049)
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de financiamento		
Empréstimos de curto prazo	(38.826)	(29.363)
Caixa líquido consumido pelas atividades de financiamento	(38.826)	(29.363)
(=) Variação das disponibilidades	560.035	1.673.056
Caixa e Equivalente de Caixa no Início do Exercício	4.902.012	3.228.956
Caixa e Equivalente de Caixa no Final do Exercício	5.869.971	4.902.012
Aumento líquido das disponibilidades	967.960	1.673.056

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



INSTITUTO RAMACRISNA
CNPJ No. 17.286.532/0001-86

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
LEVANTADAS EM 31/12/2018 E 31/12/2017**

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Instituto Ramacrisna é uma associação, sem fins lucrativos e de caráter beneficente, com sede a Rua Mestre Ramacrisna, 379, Bairro Santo Afonso, na cidade de Betim, Estado de Minas Gerais, atua na área de atendimento e proteção básica às famílias dos municípios de Betim/MG, Esmeraldas/MG, e Belo Horizonte, que participam dos programas desenvolvidos de acordo com o Plano Nacional de Assistência Social, e na forma que consta no seu estatuto social.

O Instituto tem por objetivo promover o desenvolvimento local de comunidades em situação de vulnerabilidade social, através de ações que levem à minimização da evasão escolar, elevação do nível de escolaridade de crianças e adolescentes, qualificação profissional de jovens e adultos, protagonismo juvenil e empoderamento comunitário.

As ações buscam promover o crescimento do ser humano através da arte, cultura, educação, esportes, profissionalização, geração de trabalho e renda e apoio social, atuando junto a famílias em situação de vulnerabilidade social, para que através do autoconhecimento, tornem-se autossuficientes.

Desde a sua criação há 59 anos, a Ramacrisna passou a ser detentora de diversos títulos e certificados, tais como:

- Título de Utilidade Pública Estadual, Lei No. 2.215, expedida em 24.08.60;
- Título de Utilidade Pública Municipal de Betim, Lei No. 1.462, expedida em 22.09.81;
- Utilidade Pública Municipal de Belo Horizonte: Lei número 1.288, expedida em 01.12.66;
- CEBAS – Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, renovado através da portaria nº 348 de 21 de dezembro de 2018 da Secretaria Nacional de Assistência Social;
- Qualificação como OSCIP – Organização da Sociedade Civil de Interesse Público pela Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão do Estado de Minas Gerais.

- Atestado de Cadastramento de Entidade de Assistência Social – 382 em 11/06/1959;
- Conselho Nacional de Assistência Social: Certificado número 60.188/62.
- Conselho dos Direitos da Criança e Adolescente de Betim: 01 de 2.12.92;
- Conselho Municipal de Assistência Social de Betim: 001.

2. ASPECTOS SOCIETÁRIOS

O Instituto Ramacrisna tem como estrutura administrativa um Conselho Deliberativo, uma Diretoria Executiva e um Conselho Fiscal. A sua missão é promover sonhos, transformar vidas por meio de soluções em educação e profissionalização, visando o desenvolvimento humano, cultural, social e ambiental.

Sua Visão é ser referencia em inovação, gestão de projetos sociais e otimização do uso de recursos no Terceiro Setor. Seus Valores são: Ética, Altruísmo, Inovação, Comprometimento, Determinação, Transparência e Flexibilidade.

O Instituto Ramacrisna tem como finalidade estatutária precípua prestar serviços tipificados pela Resolução Nº 109/2009 do CNAS, tendo como prioridade serviços de proteção social básica, classificados pelo SUAS, conforme validação efetuada pelo Conselho de Assistência Social de Betim, através do comprovante de inscrição nº 007 que assim discrimina:

- I. Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos;
- II. Desenvolvimento de cursos de qualificação profissional;
- III. Desenvolvimento de oficinas;
- IV. Projeto Adolescente Aprendiz;
- V. Manutenção dos Restaurantes Populares.

3. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas nas Normas Brasileiras de Contabilidade ITG 2002 – *Entidades sem Finalidades de Lucros*, aprovada pela resolução nº 1.409/12 do Conselho Federal de Contabilidade, em especial a NBC TG 1000 e NBC TG 26 – *Apresentação das Demonstrações Contábeis*, aprovada pela Resolução CFC n.º 1.185/09, alterada a

nomenclatura de NBC T 19.27 para NBC TG 26, conforme Resolução CFC n.º 1.329/11.

Foram atendidas, ainda, as disposições das Leis nº 11.638/07, Lei nº 11.941/09, Lei nº 91-1935 e o Decreto nº 50.517/61, alterado pelo Decreto nº 60.931/67 e também a Lei 12.101/09 e o Decreto 7237/10, que norteia às ações das entidades de assistência social.

4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis, descritas em detalhes abaixo, têm sido aplicadas de maneira consistente aos exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras, salvo algumas as observações contidas na Nota 4.9 e 4.10:

4.1 - As receitas e as despesas foram reconhecidas, mensalmente, respeitando o regime contábil de competência. As receitas de convênios e parcerias passaram a ser reconhecidas no momento que em que são efetuados os contratos de trabalho, as compras de materiais e contratação de serviços, conforme ITG 2002.

a) O saldo em 2018 das contas de despesas diversas a apropriar refere-se a prêmios de seguros devidamente contabilizados pelo regime mencionado.

4.2 - Os direitos e obrigações da entidade estão em conformidade com seus efetivos valores reais.

4.3 - As aplicações financeiras estão demonstradas pelo valor da aplicação acrescido dos rendimentos correspondentes, apropriados até a data do balanço.

4.4 – As contas a receber – sem restrição correspondem aos valores a receber de clientes pela geração de renda própria, por meio da produção, venda de mercadoria e a prestação de serviços no decurso normal das atividades. A maior parte das vendas é efetuada com base em prazos normais de crédito, e as contas a receber não estão sujeitos a juros. Os valores contábeis de contas a receber de clientes e outras são revistos para determinar se há qualquer evidência objetiva de que os valores não serão recuperáveis. Se houver evidência, uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente na Demonstração de Resultado do Período.

4.5 - A provisão p/ Crédito de Liquidação Duvidosa (PCLD) não foi constituída ao final do exercício pela inexistência de títulos vencidos há mais de cento e oitenta dias e

devido ao reconhecimento das reais perdas na realização dos créditos, conforme explicado no item anterior, vide item 14 (quatorze) da Resolução CFC No. 1.409/12 (NBC – ITG 2002).

4.6 - As contas a receber – com restrição referem-se os valores a receber de órgãos públicos e empresas privadas relativos a parcerias celebrados em 2018 com parcelas a receber durante de 2019.

4.7 - Os estoques são demonstrados ao custo médio das aquisições e inferior a o custo de reposição ou ao valor líquido de realização. O custo dos produtos acabados compreende ao custo das matérias-primas mais os insumos necessários à fabricação. Eles são representados pelo por materiais de manutenção e consumo, juntamente com os materiais aplicados nas fábricas de telas e de alimentos nos restaurantes populares. Os valores dos estoques contabilizados não excedem os valores de mercado. Eles são trabalhados de acordo com as orientações da Resolução CFC 1.170/09 (NBC TG 16).

4.8 - A provisão de férias e encargos foi calculada com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço, e incluem os encargos sociais correspondentes apresentados sob a rubrica obrigações e encargos sociais.

4.9 - As principais políticas contábeis vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados como objetivo melhorar a relevância e a confiabilidade das demonstrações financeiras, bem como permitir sua comparabilidade ao longo do tempo com as demonstrações de outras entidades. O Instituto no exercício de 2018 efetuou correções de períodos anteriores, conforme disposição da NBC TG 23 (em consonância com o Pronunciamento Técnico CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro), referente parcerias com órgãos públicos concluídas que apresentavam gastos realizados em termos anteriores, ora contabilizados, demonstrando um saldo incorreto além da capacidade do atual termo de contratualização. Como se referem a outro período e prestação de conta já realizada, sendo que o órgão apresentou o aceite das prestações de contas ainda em análise, o Instituto absorveu os resultados acumulados durante os exercícios anteriores, no montante de R\$ 407.925. Esse registro implicou na reapresentação retrospectiva dos saldos das rubricas afetadas, com o destaque no título da nomenclatura “reapresentado”, que compõe o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Exercício, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e a Demonstração dos Fluxos de Caixa do ano de 2017. Os efeitos dessa correção impactaram as rubricas de “Convênios e parcerias a

prestar contas", "Custo dos serviços prestados – Assistência Social" e "Superávit do Exercício".

4.10 A metodologia aplicada na elaboração da Demonstração dos Fluxos de Caixa foi a indireta. Por esse método, o fluxo de caixa líquido das atividades operacionais é determinado ajustando-se o superávit do exercício quanto aos itens que não afetam o caixa, tais como depreciação, mudanças ocorridas nos estoques e nas contas operacionais a receber e a pagar durante o período e todos os outros itens cujos efeitos sobre o caixa sejam decorrentes das atividades de investimento ou de financiamento, conforme item 7.8, da TG 1000. Nas contas a receber – sem restrição, foram apurados os valores a receber oriundos das Doações de Pessoas Físicas e Jurídicas, junto as demais movimentações de outras contas a receber contabilizadas no Ativo.

A Administração concluiu que as demonstrações contábeis apresentam, de forma apropriada, a posição financeira e patrimonial, o desempenho e os fluxos de caixa da entidade e julgou ser impraticável e irrelevante determinar os efeitos das mudanças de política contábil na informação comparativa para os períodos anteriores apresentados, conforme determina a NBC TG 23, tendo em vista a relação custo-benefício de tal informação.

5. PRINCIPAIS JULGAMENTOS CONTÁBEIS E FONTES DE INCERTEZAS NAS ESTIMATIVAS

Na aplicação das políticas contábeis, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este período, ou também em períodos posteriores se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

As principais estimativas realizadas pela Administração quando da elaboração das demonstrações financeiras incluem a vida útil para seus ativos imobilizados e intangíveis, o valor residual dos ativos imobilizados e as perdas com o valor recuperável de recebíveis.

As contas de ativos e passivos circulantes, assim como as contas de ativos e passivos não circulantes estão apresentadas pelo valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas e são registradas em valor presente. Não foram identificadas casos com a necessidade de ajuste de valor presente.

A ITG 2002 determina que o trabalho voluntário, inclusive de membros integrantes dos órgãos da administração, no exercício de suas funções, deve ser reconhecido pelo valor justo da prestação do serviço como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro. Contudo, O Instituto Ramacrisna não realizou a mensuração e reconhecimento do trabalho voluntário, tendo em vista que o custo para gerar essa informação seria superior ao seu benefício.

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Os numerários e recursos financeiros mantidos podem ser assim apresentados:

Caixas e Equivalentes de caixa - sem restrição

	2018	2017 com reapresentação
Fundo Fixo	1.000	-
Bancos conta movimento	94.584	82.863
Aplicações Liquidez Imediata	3.170.825	2.581.648
Total	3.266.409	2.664.511

Caixas e Equivalentes de caixa - com restrição

	2018	2017 com reapresentação
Fundo Fixo		-
Bancos conta movimento	33.599	185.110
Aplicações Liquidez Imediata	2.569.964	2.052.390
Total	2.603.563	2.237.501

7. CONTAS A RECEBER

Esses ativos decorrem das atividades cuja contra prestação financeira é originária de recursos privados para sustentabilidade dos programas e projetos assistenciais realizados pela Entidade, sejam de terceiros ou da geração própria de renda.

Contas a receber - sem restrição	2018	2017 com reapresentação
Contas a receber da atividade Fabril Telas	446.801	890.386
Contas a receber da atividade Adolescente Aprendiz	506.783	510.535
Contas a receber da atividade Restaurante Popular	20.615	11
Contas a receber outras atividades	-	900
Total	974.199	1.401.832

Os valores a receber de das parcerias, de origem pública ou privada, estão representados pelos valores constantes dos termos de parceria e contratos devidamente assinados entre as partes, sendo os públicos divulgados em jornais oficiais, conforme previsto no Artigo 2º, inciso III da Lei 13.204/2015. Esses valores somente podem ser aplicados nas atividades estabelecidas nos termos pactuados entre as partes.

Contas a receber - com restrição	2018	2017 com reapresentação
Parcerias Públicas		
Restaurante Popular Centro	2.055.416	-
Restaurante Popular Teresópolis	996.627	98348
SCFV - CP 001/2017	174.527	141.796
SCFV - TC 001/2018 SEMES	866.815	-
SCFV - Poupança Jovem	641.302	641.302
SCFV - Rede Viver Bem Idoso	-	40.716
Parcerias Privadas		
Consulado Americano - Betim	14.992	15.104
FIAT - Promovendo a Educação	-	1.251.986
Consulado Americano - Contagem	29.954	-
Criança Esperança	110.678	-
Reembolso de projetos encerrados em 2017	2.249	2.249
Total	4.892.560	2.191.501

8. GESTÃO DOS RISCOS FINANCEIROS

Risco de Passivo Trabalhista: As atividades desenvolvidas pelo Instituto Ramacrisna a expõe a diversos riscos de mercado e risco de liquidez. Apesar da responsabilidade de repasse integral dos recursos financeiros pela prefeitura Municipal de Betim e outros, serem garantidos nos termos de convênios celebrados, a geração de um passivo trabalhista através da gestão de empregados pode acarretar um risco de liquidez futuramente. Para fazer frente a este risco, o Instituto Ramacrisna tem procurado reservar recursos para o pagamento dos gastos com as respectivas rescisões trabalhistas.

Risco de crédito: O risco de crédito decorre de caixa e equivalente de caixa e está relacionado à exposição de crédito a clientes.

Risco de liquidez: O não recebimento de recursos públicos no tempo previsto no termo de parceria celebrado pode vir acarretar riscos de liquidez. Com relação a empréstimos e financiamentos os valores apresentados são originários de FINAME de ativo imobilizado, no caso um veículo Caminhão.

Perda por redução ao valor recuperável de ativos: Após avaliação dos ativos do Instituto Ramacrisna, chegou-se a conclusão de que não há qualquer indicação de que esses ativos sofreram perda por redução de valor recuperável.

9. DEPÓSITOS JUDICIAIS

Os depósitos judiciais são que se promovem em juízo em conta bancária vinculada e processo judicial, sendo realizado em moeda corrente com o intuito de garantir a liquidação de potencial de futura obrigação. Os depósitos judiciais só podem ser movimentados mediante ordem judicial. O valor em discussão está registrado no passivo não circulante.

Como são utilizados como garantia, podem ser levantados pela parte vencedora. Assim se o Instituto Ramacrisna não tiver êxito nos processos, os valores depositados serão convertidos em renda da Fazenda Pública ou utilizados para deduzir o valor do passivo correspondente, caso houver. Do contrário, se a decisão for favorável, há possibilidade de resgate dos depósitos. Esses depósitos referem-se a dois processos relacionados à isenção/imunidade do IPI - Imposto sobre Produtos Industrializados e do PIS - Programa de Integração Social.

10. IMOBILIZADO E INTANGIVEL

O imobilizado e intangível estão demonstrados ao custo de aquisição. A depreciação e amortização são calculadas pelo método linear, com bases em taxas que contemplam a vida útil econômica dos bens.

Descrição	Tx.	2018				2017 com reapresentação	
		Líquido	Adição	Baixa	Depreciação Amortização	Líquido	Líquido
Imobilizado							
Terrenos	0%	3.954.708	-	-	-	3.954.708	3.954.708
Edificações	4%	3.817.992	-	-	(271.104)	3.546.889	3.817.992
Construções em andamento	0%	-	176.490	-	-	176.490	-
Móveis/ Utensílios	10%	142.517	28.352	-	(26.953)	143.916	142.517
Máquinas e Equipamentos	10%	547.642	211.228	(123.390)	(78.179)	557.301	547.642
Computadores e Periféricos	20%	97.583	81.035	(2.385)	(54.614)	121.619	97.583
Veículos	20%	128.913	40.500	(8.107)	(58.801)	102.506	128.913
Aparelhos Eletroeletrônicos	20%	25.407	800	-	(10.110)	16.097	25.407
Acervo para Biblioteca e Aplicativos	20%	6.169	-	-	(1.126)	5.043	6.169
Instrumentos Musicais	20%	28.169	5.728	-	(11.170)	22.727	28.169
Ferramentas	10%	2.368	-	-	(455)	1.913	2.368
Bens de Projetos	-	-	309.658	-	-	309.658	-
Máquinas e Equipamentos - Comodato	-	5.000	-	-	-	5.000	5.000
Total imobilizado		8.756.469	853.792	- 133.881	- 512.512	8.963.867	8.756.469
Licença uso software		472.599	103.344	-	-77.797,47	498.145	472.599
Total intangível		472.599	103.344	-	- 77.797	498.145	472.599

O Instituto verifica de forma periódica a existência de indicações de possíveis perdas por redução ao valor recuperável de seu imobilizado, sendo que a próxima avaliação ocorrerá no ano de 2021, e havendo tais indicações, se o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, será constituída estimativa de perda para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

11. CONVÊNIOS E PARCERIAS A PRESTAR CONTAS

Os valores apresentados correspondem a saldos a prestar contas originadas de parcerias públicas e privadas devidamente acrescidos dos rendimentos financeiros de valores repassados e não aplicados nas atividades até o final do exercício, que devam ser remunerados via aplicações financeiras. Tais obrigações conjugam com os valores registrados no Ativo, no grupo caixa e equivalentes de caixa e contas a receber, com restrição.

Convênios e parcerias a prestar contas

	2018	2017 com reapresentação
Restaurante Centro	2.577.436	648.960
Restaurante Popular Teresópolis	1.107.901	98.348
SCFV - PSE	-	237
SCFV - PSB	-	38.277
Poupança Jovem	414.706	424.747
SCFV - Programas e Projetos	-	1.450
PSF - Saúde Familiar	16.924	8.499
FIAT - Promovendo a Educação	619.250	1.978.395
Consulado E.U.A	260.108	71.129
SCFV - Educação p/ o futuro	2.780	109.183
SCFV - CP 001/2017 Funarbe	371.372	385.266
TEP - Termo de Fomento Sigcon 35	-	53.580
SCFV - Premio Itau Unicef 2017	4.960	27.065
SCFV - Rede Viver Bem 2081757	- 3	63.727
SCFV - TC 001/2018 SEMES	822.685	-
Criança Esperança 2018/2019	110.678	-
Total	6.308.797	3.908.862

A sigla SCFV significa Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, tipificação utilizada nos serviços de Assistência Social e a sigla TEP, Termo de Emenda Parlamentar.

12. PATRIMONIO SOCIAL

O patrimônio social compreende o saldo inicial, acrescido ou diminuído dos valores dos superávit(s) ou déficit(s) ocorridos.

A avaliação de ativos é discriminada abaixo, acrescida de ajustes ocorridos em 2018:

	2018	2017 com reapresentação
Avaliação dos terrenos	2.413.947	2.413.947
Avaliação das edificações	280.550	528.730
Total	2.694.497	2.942.677

13. ASSISTÊNCIA SOCIAL PRATICADA

Os projetos socioassistenciais levados a efeito estão de acordo com o artigo 18 da Lei 12.101/09, regulamentado Decreto 8242/14, observada, ainda, as diretrizes da Lei 8.742/93. A entidade presta serviços ou realiza suas ações, de forma gratuita, continuada e planejada, para os usuários e a quem deles necessitar, sem qualquer discriminação. No exercício de 2018, os serviços realizados que foram custeados com recursos de terceiros e de geração própria, encontram-se discriminados.

Nomeclatura do Serviço conforme Tipificação	Origem do Recurso	Tipo	Nome do Projeto no Instituto Ramacrisna
Segurança Alimentar	Publico	Termo de colaboração	Restaurante Centro
Segurança Alimentar	Publico	Termo de colaboração	Restaurante Teresópolis
SCFV	Privado	Parceria Privada	Promovendo a Educação
SCFV	Privado	Parceria Privada	Consulado Americano
SCFV	Publico	FIA	Educação para o futuro PA 18
SCFV	Privado	Parceria Privada	Funarbe - CP 0001/2017
TEP	Público	Emenda Parlamentar	Sigcon 35
SCFV	Privado	Premio	Itau Unicef 2017
SCFV	Publico	FI	Rede Viver Bem 2081757
SCFV	Publico	Termo de colaboração	Viva o Esporte
SCFV	Privado	Premio	Criança Esperança 2018/19

Os principais parceiros cuja origem de recurso foi privada são o Rotary Club de Belo Horizonte – Liberdade, FIAT e o Consulado Americano, com apoio direto e a Localiza Fleet, Esab, Cemig e Copasa, por meio do Fundo de Incentivo da Criança e Adolescente – FIA/ECA administrados pelo Conselho Municipal da Criança e Adolescente de Betim. Junto ao FI – Fundo do Idoso foram captados recursos para a gestão do Projeto Viver Bem. Já as contratualizações públicas foram firmadas junto à prefeitura de Betim

14. ISENÇÕES PREVIDENCIÁRIAS USUFRUÍDAS

Em atendimento ao Parágrafo Único, Artigo 4º, do Decreto nº 2.536, de 07/04/98, são demonstrados a seguir, os valores relativos às isenções previdenciárias, como se devido fosse, gozadas durante o exercício de:

Isenções usufruídas	2018	2017 com reapresentação
INSS	1.652.827	1.455.486
RAT	165.286	145.535
Terceiros	272.727	240.131
Total	2.090.840	1.841.152

15. APLICAÇÃO DE RECURSOS E REMUNERAÇÃO

O Instituto Ramacrisna não concede remuneração a nenhum de seus associados que tem cargos deliberativos e de administração previstos em seu estatuto social. Os recursos da associação são integralmente aplicados no país e na manutenção de seus objetivos institucionais conforme disposições estatutárias.

16. SEGUROS

O Instituto adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros.

Betim, 15 de fevereiro de 2019.



Expedito Martins Chumbinho
Presidente
CPF: 010.810.986-00



Solange Bottaro
Vice-Presidente
CPF: 256.021.016 - 91



Américo Amarante Neto
Superintendente
CPF: 265.453.306-91



Daniela Balbina de Souza Crespo Marra
Gerente de Controladoria
CRC/MG nº 74.949

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ilmos. Senhores Conselheiros e Administradores do
INSTITUTO RAMACRISNA
Betim - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações do **Instituto Ramacrisna**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes Notas Explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem fins lucrativos.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação do **Instituto Ramacrisna**, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

O **Instituto Ramacrisna** apresentou carta de seu corpo jurídico em relação aos processos que tramitam sob sua lide. Não foram reconhecidas as prováveis perdas, uma vez que, conforme parecer dos Assessores Jurídicos, a Prefeitura Municipal de Betim é corresponsável nesses processos e tem assumido o ônus financeiro, devido ao fato de que as demandas são oriundas do convênio firmado entre ao **Instituto Ramacrisna** e àquela Prefeitura.

Conforme Nota Explicativa 5, o **Instituto Ramacrisna** possui voluntários com formação nas mais diversas áreas profissionais, que participam das atividades de acordo com suas especificidades e necessidades. A ITG 2002, em seu item 19, determina que o trabalho voluntário deve ser

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

reconhecido pelo valor justo da prestação do serviço, como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro. Contudo, o **Instituto Ramacrisna** não realizou a mensuração e reconhecimento do trabalho voluntário, tendo em vista que o custo para gerar essa informação seria superior ao seu benefício.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração do **Instituto Ramacrisna**, é a responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

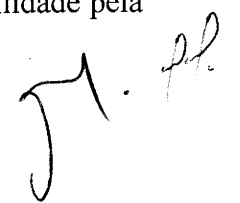
Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não tivemos acesso ao relatório da administração até o encerramento de nossos trabalhos e, portanto, não temos nada a relatar a respeito disso.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração do **Instituto Ramacrisna**, é a responsável pela elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos Controles Internos, que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade do **Instituto Ramacrisna**, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar o **Instituto Ramacrisna**, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do **Instituto Ramacrisna**, são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia, de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários, tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião.

O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os Controles Internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos Controles Internos relevantes para a auditoria para planejarmos os procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos Controles Internos do **Instituto Ramacrisna**
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis, e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o **Instituto Ramacrisna** a não mais se manter em continuidade operacional.

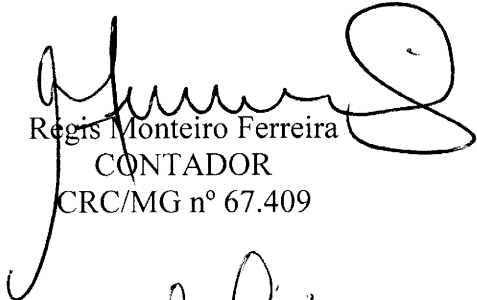
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos Controles Internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 25 de março de 2019

R&R AUDITORIA E CONSULTORIA

CRC/MG nº 5.198-02
CVM 8460



Regis Monteiro Ferreira
CONTADOR
CRC/MG nº 67.409



Warley de Oliveira Dias
CONTADOR
CRC/MG nº 094.865